

ZINES, RESISTÊNCIA E SUBVERSÃO

ZINES, RESISTANCE, AND SUBVERSION

Maya Pires¹

RESUMO: O presente trabalho investiga as publicações independentes produzidas pelo Coletivo Anarcofeminista (CAF) e pelo Coletivo Anarcofeminista Insubmissas (CAFI) ao longo de três décadas. A pesquisa busca compreender como esses zines operam enquanto dispositivos de resistência e construção de memória, articulando práticas de escrita, estética e militância feminista. Para isso, adota-se uma abordagem interdisciplinar, mobilizando referências dos estudos literários, da crítica feminista e da sociologia da cultura. O corpus da pesquisa foi coletado em arquivos especializados e por meio de depoimentos de integrantes dos coletivos, permitindo a análise das temáticas abordadas, das estratégias discursivas e da materialidade dos zines. Ao longo do trabalho, discute-se o papel dessas publicações na constituição de redes de solidariedade e na difusão de ideias anarcofeministas, destacando sua relevância na construção de uma contranarrativa ao discurso hegemônico, contribuindo para a preservação e valorização de uma produção cultural historicamente marginalizada, enfatizando o zine como um espaço de autonomia, experimentação e resistência.

Palavras-chave: Zines; anarcofeminismo; publicações independentes; resistência feminista; escrita subversiva.

ABSTRACT: This work examines the production of zines as a means of feminist resistance and independent publishing. The research focuses on the publications of the Anarcho-Feminist Collective (CAF) and its later iteration, CAFI (Coletivo Anarcofeminista Insubmissas), contextualizing their work within the broader landscape of feminist and anarchist movements. Through a historical and discursive analysis, this study explores how these zines function as spaces of self-expression, political engagement, and counter-hegemonic narratives. By documenting and analyzing these materials, the research contributes to the preservation of literary and activist expressions that have historically been marginalized.

Key words: Zines; anarcho-feminism; independent publishing; feminist resistance; subversive writing.

1 A materialidade dos zines: conceito e historicização

Foi por meio de cartas trocadas entre grupos de fãs de ficção científica que o

¹ Mestranda em Literatura (UNIFESP), professora de Linguagens e pesquisadora.

estadunidense Raymond Palmer começou a adotar a palavra *fanzine*, em 1940. Com a junção das palavras *fanatic* e *magazine* (do inglês, “fanático” e “revista”, respectivamente), Palmer passou a criar livretos informativos para divulgar notícias, artigos e até mesmo contos do gênero (Magalhães, 1993), comumente chamados de *fanfiction*: um gênero escrito dentro do universo de determinada obra de ficção, originalmente feitos por fãs, por isso a tradução do termo ser algo parecido com “ficção de fã”.

Distantes da proposta de *fanfiction*, as mulheres e as dissidências sexuais e de gênero encontram nos zines não apenas uma fresta, mas um verdadeiro rasgo na superfície do discurso dominante – um espaço em que podem enunciar o que o mercado editorial insiste em classificar como *indizível*. Essa categoria, que opera como uma espécie de censura travestida de cuidado, nomeia tudo aquilo que perturba, que fere, que não se acomoda nos moldes da literatura-palatável-para-venda. Como afirmam Maldonado & Cardoso (2009, p. 45),

a ideia de uma narrativa impossível, mas absolutamente necessária [...] parece aplicar-se perfeitamente a esse sofrimento indizível posto em cena com o traumático e que torna tão fundamental, para aqueles que sobreviveram ao catastrófico do trauma, a paradoxal tarefa de narrar o intransmissível.

Nesse sentido, no Brasil, essa urgência de narrar o intransmissível encontra solo fértil: entre 2013 e 2023, 47.463 mulheres foram assassinadas no país. No último ano, 2.662 mulheres negras foram vítimas de homicídio, 68,2% do total daquele ano (Cerqueira; Bueno, 2025). Dessa forma, sobreviver, nessas geografias do abandono, é em si um ato político; narrar essa sobrevivência é ruptura. E não há espaço para essa ferida nos corredores das grandes editoras, cuja lógica editorial responde mais ao algoritmo do capital do que ao grito do real. Os zines, nesse cenário, tornam-se espaço de respiro e de insubordinação estética. Essa insubordinação estética, que se desenha nos zines, tem raízes mais fundas quando observamos o percurso da mídia anarquista no Brasil.

Ainda no século XIX, jornais como *O Amigo do Povo* (Figura 1), de 1889, editado por Silvério Fontes, e *A Plebe*, de 1917, fundado por Edgard Leuenroth, já expressavam um desejo similar: o de veicular ideias que não encontravam lugar na imprensa hegemônica. Esses periódicos nascem com objetivos declaradamente políticos, mas, ao longo das décadas, passam a operar também como espaços de experimentação gráfica e textual, marcados por uma estética da urgência e por uma prática editorial artesanal que os aproxima das práticas posteriores dos fanzines. Há uma filiação direta, ainda que não linear, entre essas folhas anarquistas mimeografadas – criadas em pequenas tipografias caseiras, vendidas a preço simbólico ou distribuídas de mão em mão – e os zines que, mais tarde, emergem nas bordas da cultura punk, nos coletivos feministas, nos circuitos LGBT+ e nas ocupações urbanas. Nos dois casos, a recusa em submeter a produção textual a filtros institucionais – sejam eles estéticos, políticos ou mercadológicos – indica uma vontade de dizer que não pede autorização. Se nos jornais anarquistas da virada do século a linguagem direta e combativa refletia a luta sindical e a crítica à ordem burguesa, nos zines contemporâneos a forma se dobra à experiência vivida: os relatos pessoais, as colagens, os erros propositais de ortografia, a ausência de revisão e a fragmentação gráfica não são desvios, mas recursos de uma outra epistemologia. Uma que recusa a polidez editorial e aposta na rasura como ferramenta de verdade.

Figura 1: Primeira página do jornal O Amigo do Povo



Esse movimento não é só de continuidade, mas de reinvenção. Enquanto a imprensa anarquista do início do século falava majoritariamente a partir da figura do operário organizado, os zines feministas e *queer* dos anos 1990 e 2000 (e mesmo os que circulam hoje em grupos de WhatsApp e feiras de publicação independente) falam da precariedade, do corpo racializado, da disforia, da memória fragmentada, do aborto, do estupro, do luto e da raiva. As formas de resistência, portanto, mudam de pele: deixam de buscar apenas o convencimento político e passam a reivindicar o direito ao próprio traço, ao próprio ritmo narrativo, ao grito que não se submete e não cabe em formalismos. Nesse cruzamento entre imprensa anarquista e zines subversivos, há mais que um vínculo histórico. Há um gesto comum: o de tirar da margem uma fala que sempre existiu, mas que o discurso dominante insiste em classificar como erro, desvio, barulho. Ambos operam como dispositivos de escuta. Mas uma escuta que, ao contrário da neutralidade jornalística, parte da parcialidade radical do envolvimento com a dor, com a luta, com o corpo que escreve.

1.2 O zine como espaço de resistência e contracultura

Na segunda metade do século XX, esses artefatos marginais desempenharam um papel vital nas culturas subalternizadas. Como sublinha Sno (2015, p. 19), “surgem da necessidade de expressão de grupos específicos e tornaram-se campos férteis para experimentação gráfica e textual graças à sua total e irrestrita liberdade”.

Nesse contexto, os zines são suportes híbridos, mutantes, quase indomáveis: podem abrigar relatos de experiência, sessões poéticas, ilustrações, manifestos, quadrinhos autorais, listas de bandas, instruções de aborto caseiro, como montar mesa de som para shows, receitas veganas e fragmentos de uma subjetividade que não encontra lugar na cultura legitimada. A estética da colagem, da fotocópia, da rasura, da urgência – tudo isso faz parte do *ethos* zineiro, que não apenas resiste, mas contra-ataca. É escrita de trincheira, sim, mas também é um gesto de insubordinação sem pedido de desculpas. Uma linguagem feita com o que se tem, com o que sobra, com o que arde. Rasurar é também reivindicar o erro como estética. Colar é refundar o mundo com pedaços. Distribuir gratuitamente ou vender a preços simbólicos nas feiras é um ataque frontal ao capitalismo editorial, que prefere higienizar a voz dissidente ou arquivá-la.

Nesse mesmo espírito, nos anos 1990, o movimento *Riot Grrrl* explode nos Estados Unidos como um dos exemplos mais intensos dessa convergência entre zines, punk e ativismo feminista. De acordo com Camargo (2016), trata-se de uma ação político-cultural centrada na recusa às performances de gênero compulsórias e à lógica patriarcal, tanto no circuito musical quanto nas dinâmicas íntimas. O lema “o pessoal é político” deixa de ser apenas um enunciado feminista para se tornar matéria estética: gritos em letras garrafais, cópias borradas, cortes malfeitos, vozes sobrepostas. O zine, nesse contexto, é mais do que meio – é *método insurgente*. Ele funda uma ética do fazer que se recusa à domesticabilidade, que desobedece à ordem editorial, que desafia o bom gosto e a linearidade narrativa.

Essa corporeidade insubmissa do zine se conecta com as reflexões de Paul B. Preciado (2020), que entende o corpo como um campo de batalha em que dispositivos médicos, jurídicos e culturais tentam impor formas de subjetivação. Para Preciado, o corpo dissidente é também uma forma de escrita, e é nesse sentido que o zine opera como contradispositivo: ele corporifica o gesto de escapar, rasgar, (re)escrever. Preciado diz que o corpo não nasce político, se torna político, e os zines tornam possível esse tornar-se por meio da prática – do fazer com as mãos, do gritar no papel. Esse entrelaçamento entre estética manual e política de subjetivação desloca o zine do âmbito puramente cultural para o campo de uma insurgência cognitiva.

Sno, Camargo e Preciado convergem na ideia de que, longe de ser mera forma de impressão barata, o zine é um experimento de epistemologia radical. Ele propõe um modo de produção do saber baseado na experiência vivida e na solidariedade de grupo, em contraposição ao saber acadêmico que paira acima das práticas do cotidiano. No zine, teoria e vida se misturam; conceitos aparecem em fragmentos de texto à margem, notas de rodapé manuscritas e mapas afetivos desenhados à mão.

Importa ainda observar que esse *ethos* zineiro se renova no âmbito digital, onde as fotocópias se transformam em PDFs distribuídos por *mailing lists* e redes sociais. Mesmo assim, mantém-se a imperfeição como marca de autenticidade: arquivos corrompidos, cortes de imagem, hyperlinks quebrados são saudados como evidência de que ali circula algo que escapa ao controle das grandes plataformas. A lógica continua a mesma: fomentar a coautoria, recusar a padronização e agenciar encontros imprevisíveis entre sujeitos distantes. Assim, a tradição

inaugurada pelos fanzines de Raymond Palmer encontra uma reciclagem na internet descentralizada, mantendo vivo o princípio de “total e irrestrita liberdade” que Sno destacava.

Em última instância, ao aprofundar a contribuição de Sno, Camargo e Preciado, percebemos que o zine não é um gênero menor ou subalterno, mas um laboratório de invenção política. Cada cópia compartilhada é ato de insurgência epistêmica; cada dobra e rasura, gesto de afirmação de corpo e voz; cada circulação, expansão de redes que desafiam o monopólio editorial e a hegemonia simbólica. Duas laudas adiante, ainda resta muito a explorar: as práticas colaborativas de edição, o diálogo com outras tradições de imprensa de luta, a relação entre zine e arte-ativismo contemporâneo. Mas o que permanece inquestionável é que, por trás de cada exemplar grampeado, pulsa um desejo de recompor o mundo – não com o verniz da conformidade, mas com o impulso da criação insurgente.

1.3 Produção independente e circulação alternativa

Essa dinâmica zineira muito revela a ética libertária anarquista que valoriza, dentre muitas coisas, o apoio mútuo, a ação direta e o autodidatismo. Para Mikhail Bakunin (1871/2011), a liberdade só é plena quando vivida em coletivo, quando cada sujeito pode desenvolver-se integralmente em relação com os outros, sem hierarquias ou coerções. Essa visão ressoa no fazer zine, que se recusa à mediação institucional e aposta na potência do compartilhamento horizontal de saberes e afetos. Emma Goldman (1940/2023), por sua vez, afirmava que a mais violenta arma da opressão é a uniformidade, e é justamente contra essa homogeneização que os zines se insurgem: neles, a escrita é fragmentária, a diagramação é caótica, a autoria é fluida. Trata-se de um espaço em que a subjetividade se politiza, onde o íntimo e o coletivo se embaralham como gesto revolucionário. Já Piotr Kropotkin (1902/2009), ao defender o apoio mútuo como fundamento ético e natural da vida social, antecipa a prática zineira como uma forma de comunidade: uma comunidade sem centro, feita de trocas, colagens, dobras e reimpressões. O zine, assim, torna-se não apenas meio de expressão, mas encarnação material dos valores anarquistas – uma micropolítica impressa que recusa o monopólio do saber, a autoridade da forma e a passividade do leitor.

Nesse panorama, o conteúdo dos zines, especialmente aqueles produzidos por coletivos feministas, *queer* e antiautoritários, evoca uma escrita que é também uma prática de liberdade. Não se trata apenas de *dizer* algo, mas de *dizer como se quer, como se pode, como se sente*. Há uma centralidade do corpo, da vivência e do afeto que desmonta a objetividade editorial e abraça a multiplicidade de vozes. O apoio mútuo de Kropotkin (1902/2009) visto como força evolutiva, já intuía o que os zines performam: a criação de redes autônomas de cuidado, de saberes compartilhados e de resistência simbólica. Neles, o conhecimento não é produto, mas processo – não é mercadoria, mas gesto. Há ali receitas de sobrevivência, listas de livros proibidos, relatos de violência, ilustrações viscerais, poemas sujos, colagens sentimentais. É um saber que se ergue na contramão do cânone e se inscreve como contranarrativa: insubmisso, incômodo, radicalmente pessoal. E aqui, parafraseando Bakunin (1842/ 1976), a paixão pela destruição é também uma paixão criadora.

Os zines destroem o monopólio da narrativa única para criar um espaço de pluralidade bruta – onde a política se encarna no papel, na cola, no grampo, na mancha. E se Preciado (2008) pensa o corpo enquanto máquina política, é Margareth Rago (2013) quem nos ajuda a pensar os desejos que escapam à normatividade. Em sua leitura sobre os anarquismos e

feminismos de virada de século no Brasil, Rago destaca as experiências de mulheres que se organizavam em torno de práticas libertárias, críticas ao Estado, à religião e à moral burguesa. Essas mulheres, ao publicarem seus próprios jornais, panfletos e cadernos de ideias – muitas vezes impressos de forma artesanal – já antecipavam um modo de existir fora do eixo patriarcal. Como Rago afirma, a escrita era, para essas mulheres, uma forma de liberdade – e é essa liberdade que as zineiras contemporâneas continuam a produzir, com outros suportes e outros vocabulários, mas com o mesmo desejo de ruptura.

No Brasil, mesmo sem o rótulo de *Riot Grrrl*, muitas iniciativas convergem com essa lógica do fazer insurgente. A geração mimeógrafo, com nomes como Leila Miccolis, Cacaso e Ana Cristina Cesar, já reivindicava uma escrita contra o sistema: marginal, experimental, corpo-página. Segundo Abílio de Souza (2019), essa geração se articula entre a produção poética da década de 1970 e a proliferação de blogs no início dos anos 2000, com os zines ocupando um papel intermediário de ruptura e invenção. A produção zineira da década de 1990 no Brasil em grandes centros urbanos é vasta e plural: fanzines literários, anarcofeministas, punks, veganos, ambientalistas, negros e LGBTQ+ circulavam em centros culturais, ocupações, escolas públicas e até no fundo de mochilas. Nesse circuito de insurgência gráfica e escrita indomada, o Coletivo Anarco Feminista (CAF) emerge como continuidade e reinvenção da tradição anarquista de autogestão e escrita coletiva. Em suas banquinhas montadas em feiras libertárias, em encontros autônomos, o que se vê não são apenas publicações: são corpos em papel. Os termos que ali circulam – “insubmissa”, “indomesticável”, “anticapitalista” – funcionam como léxicos de uma micropolítica radical. Palavras que recusam a neutralização mercadológica, que sabotam o discurso da conciliação. Como aponta Rago (2016), esses vocábulos expressam um desejo feroz de criar outras formas de vida, produzir novas formas de existir e de amar.

A literatura, para Antônio Candido (1995), é um direito porque funda a possibilidade de imaginar outras existências, de narrar experiências que de outra forma permaneceriam inarticuladas. No caso dos materiais aqui analisados, essa função da literatura assume um caráter ainda mais urgente, pois não apenas resiste à barbárie, mas a documenta, a confronta e a denuncia, gerando assim, uma operação na fissura entre o discurso oficial e as histórias que ele tenta soterrar, criando registros subterrâneos de dor, luta e resistência. São, portanto, dispositivos de memória em permanente construção, espaços onde se reinscrevem narrativas que a história oficial procura obliterar.

Se Antônio Candido eleva a literatura à categoria dos direitos fundamentais, os zines, por sua vez, reivindicam esse estatuto ao desafiar a hegemonia editorial e ampliar as fronteiras da criação literária. Não se trata apenas de publicações alternativas, mas de manifestações que tensionam a própria definição do que se entende por literatura. O sistema literário, ao longo da história, não apenas legitimou atos de insurgência textual, mas, em muitos casos, deles se apropriou, demonstrando que a literatura não é um corpo estático e homogêneo, mas um espaço dinâmico de disputas simbólicas. Assim, a marginalidade dos zines não os relega a uma posição periférica dentro do campo literário; ao contrário, confere-lhes um papel ativo na contestação das normas que regulam a produção, circulação e recepção dos textos.

Candido (1995) argumenta que a barbárie persiste, ainda que não encontre mais um público disposto a aplaudi-la – reflexão que dialoga diretamente com a metáfora de Kafka (1989) em *Um artista da fome*, na qual o jejum extremo do protagonista deixa de suscitar fascínio. O esgotamento moral da sociedade, que torna possível a banalização da violência e da opressão, ressoa no contexto das publicações da CAFI, cuja produção textual emergiu como um gesto de resistência diante do processo de ascensão da extrema direita na América Latina (Figuras 2, 3, 4, 5 e 6). Como contraponto ao discurso hegemônico, essas publicações atuam

como contra-arquivos, registrando narrativas invisibilizadas e articulando uma memória dissidente que desafia a naturalização das estruturas de poder. A metáfora kafkiana, ao representar um artista cuja arte extrema perde progressivamente sua capacidade de comover, ecoa na maneira como a sociedade contemporânea se acostuma com o inaceitável. Se, no conto de Kafka, o público deixa de se interessar pelo jejum do artista porque este já não é capaz de surpreender, na realidade social e política, a violência sistêmica torna-se tão cotidiana que sua brutalidade se dilui no fluxo de informações, transformando-se em um dado frio, um número em estatísticas, um ruído de fundo na paisagem midiática. Assim como o artista da fome se vê esquecido em sua jaula, o sofrimento das populações marginalizadas é frequentemente silenciado, mascarado por discursos que naturalizam a precarização da vida (Laval, 2017). Nesse contexto, os escritos anarcofeministas insurgem-se como um ato de recusa: recusam o esquecimento, recusam a aceitação passiva do horror e principalmente, recusam a invisibilidade imposta pela ordem dominante.

Figura 2: Capa do Zine Insubmissas nº 5



Figura 3: Contracapa Zine Insubmissas, nº 4, 2022

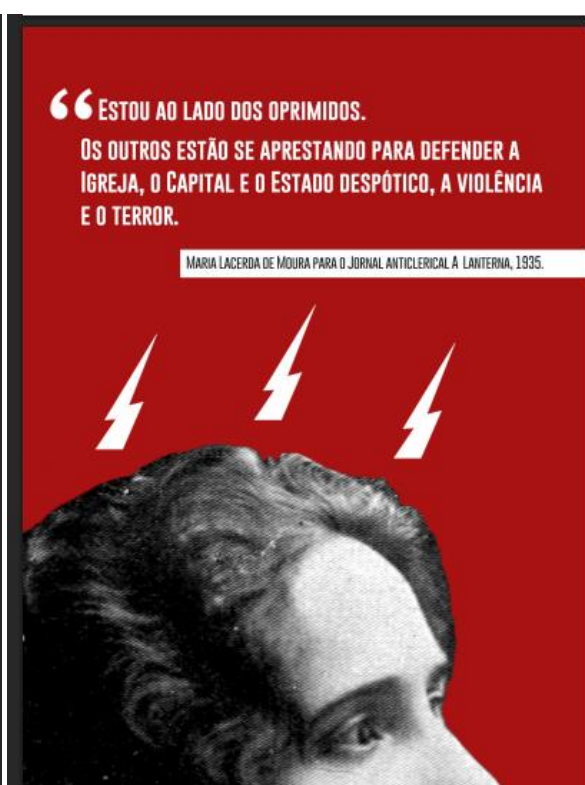


Figura 4: Zine Insubmissas, nº 4, p. 5, 2022



Figura 5: Zine Insubmissas, nº 4, p. 2, 2022

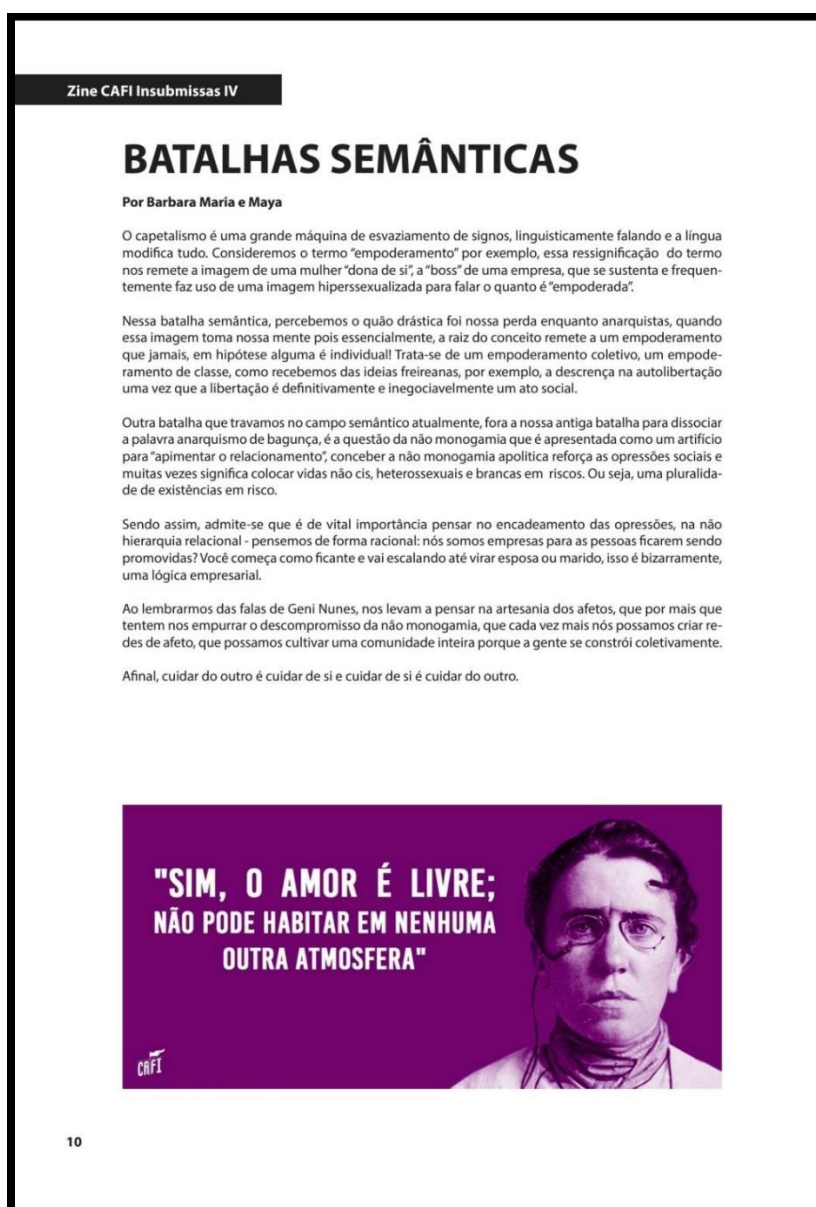
Figura 6: Capa do Zine Insubmissas nº 4, 2022



A articulação desses zines como instrumentos de contestação encontra paralelo na noção de arquivo discutida por Jacques Derrida (2001), para quem o poder de arquivar é, em última instância, um poder político, pois define o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Ao criarem seus próprios arquivos, as militantes anarcofeministas se opõem à hegemonia da memória institucionalizada e constroem um repertório de vozes dissidentes. Esse gesto é particularmente significativo em um contexto de ascensão da extrema direita, no qual a

reescrita da história tem sido empregada como estratégia de apagamento e controle ideológico. Um exemplo dessa criação de arquivo contra essa estratégia de apagamento é o texto “Batalhas semânticas” (Figura 7), publicado no volume 4 do *Zine Insubmissas*, da CAFI (2022, p. 10), em que se denuncia o esvaziamento e apropriação de expressões criadas pelo anarquismo pela cultura neoliberal, como o “empoderamento” e a “não monogamia”. No contexto neoliberal, essas expressões são utilizadas de forma a individualizar as performances dos indivíduos, deixando de lado a pauta principal do anarquismo: a da coletivização, tanto das práticas de fortalecimento feminino, quanto das práticas de relações afetivas e criação de comunidades fortalecidas. Os zines, ao documentarem os impactos do autoritarismo e ao darem voz a sujeitos historicamente marginalizados, tornam-se uma forma de contrahistória, resistindo à tentativa de silenciamento que acompanha regimes políticos repressivos. Ao atuarem como registros vivos, os zines não apenas denunciam a violência estrutural, mas também funcionam como espaços de experimentação estética e política.

Figura 7: Texto “Batalhas semânticas”, do Zine Insubmissas, nº 4, p. 10, 2022



A indiferença do público no conto de Kafka e o esquecimento que recai sobre o artista da fome poderiam sugerir uma visão fatalista, um destino inevitável de apagamento. No entanto, o presente corpus aponta para outra possibilidade: a de que, mesmo diante da tentativa de silenciamento, a escrita pode continuar a proliferar nos interstícios da cultura dominante, operando de maneira subterrânea, contaminando discursos, escapando às tentativas de domesticação. Se a barbárie persiste, como afirma Candido (1995), a literatura também persiste – mas não como um espaço neutro ou puramente contemplativo, e sim como um campo de disputa, onde a palavra se torna um ato de insubmissão.

Dessa maneira, ao se colocarem como contra-arquivos e ao desafiarem a letargia social diante da violência institucionalizada, os zines reafirmam a função da literatura como forma de resistência. Se a barbárie já não choca e se o absurdo se torna norma, os zines resgatam a indignação necessária para que o gesto literário permaneça um ato de transformação, uma vez que sua relevância transcende o estatuto de publicações marginais e se inscreve no cerne da luta por novas formas de narrar, registrar e habitar o mundo. A precariedade material dos zines, longe de ser uma limitação, converte-se em elemento estético e político que, ao reivindicar a imperfeição e a espontaneidade como traços identitários, se afastam do fetichismo da obra acabada e da autoridade do autor, aproximando-se de uma concepção de literatura que privilegia o processo e a coletividade. Essa lógica dialoga com as reflexões de Roland Barthes (1988), que, ao propor a morte do autor, sugere que o sentido de um texto não é determinado por uma intenção originária, mas emerge da interação com o leitor. No presente corpus, essa descentralização da autoria é levada ao extremo: não há um sujeito fixo, mas uma multiplicidade de vozes que se sobrepõem, se contradiz e se interpela, criando um espaço de interlocução radicalmente aberto, como o anarquismo deve ser.

Se pensarmos a literatura em termos de circulação e legitimidade, os zines também desafiam a lógica do mercado editorial ao recusarem a mediação das grandes editoras e operarem em sistemas autônomos de distribuição. Essa recusa da institucionalização os aproxima das reflexões de Roberto Schwarz (1978), que analisa a relação entre literatura e estrutura social, evidenciando como determinados modelos estéticos estão intrinsecamente vinculados às relações de poder. Os zines, ao subverterem essas estruturas, não apenas denunciam as desigualdades que perpassam o campo literário, mas também propõem novas formas de organização e acesso ao texto, reforçando seu caráter de resistência cultural.

Por outro lado, se a literatura, para Bosi (2015), é atravessada por tensões entre o cânone e as vozes dissidentes, talvez os zines possam exemplificar essa dinâmica ao inserirem no espaço literário discursos que historicamente foram silenciados, abusando assim de diversas formas como a linguagem híbrida dessas publicações – que mescla relato pessoal, poesia, ensaio e imagem – desafia as categorizações tradicionais, operando no entrelugar, nas bordas dos gêneros, formas e estilos. Nesse ponto, o pensamento de Edimilson de Almeida Pereira (2017), especialmente em *Entre orfe(x)u e exunoveau*, amplia a compreensão sobre essas zonas de instabilidade formal e política. Ao propor uma poética que se afirma no deslocamento, na fratura e na travessia, o autor defende que a linguagem pode ser reinventada a partir de suas margens – ou melhor, desde seus entrelugares –, assumindo o risco do excesso, da mistura e da desobediência textual. A figura de Exu, pensada por Pereira como operador de encruzilhadas, desloca os limites entre oralidade, grafia, performance e inscrição poética, oferecendo uma chave para ler os zines não apenas como suportes de denúncia ou resistência, mas como experimentações radicais de linguagem que sabotam os protocolos de legibilidade instituídos.

A aproximação entre as propostas de Edimilson de Almeida Pereira e as práticas editoriais autônomas desenvolvidas por coletivos anarcofeministas permite vislumbrar uma

gramática de resistência que não opera apenas no plano do conteúdo político, mas também na própria forma com que se articula a linguagem. Quando Pereira (2017) propõe uma escrita que se move, vibrante, fluida e desequilibrada, desestabilizada, ele oferece uma imagem precisa do que ocorre nesses materiais gráficos produzidos à margem: são textos que se recusam a obedecer ao contorno da página, que sobrepõem colagem e caligrafia, que tensionam o espaço entre palavra e imagem como forma de romper com o regime da transparência textual. Tais experimentações, muitas vezes entendidas como ruído ou informalidade, na verdade carregam uma lógica própria de invenção, ancorada em práticas cotidianas e coletivas de insubordinação simbólica.

Essas publicações, ao cruzarem fronteiras entre o ensaio íntimo, o panfleto político, o poema-ação e a imagem bruta, não apenas desconstruem a rigidez dos gêneros literários, como também desestabilizam a lógica editorial que hierarquiza formas de produção cultural. Assim como a poética de Exu embaralha os códigos da linguagem para produzir abertura, as revistas artesanais de militância feminista libertária constroem seus próprios modos de circulação e leitura – modos que não seguem uma linearidade argumentativa, mas que propõem um percurso múltiplo, afetivo e, não raro, contraditório. Nesse sentido, sua força reside exatamente na recusa à pureza formal e à previsibilidade discursiva, características que tendem a domesticar aquilo que é politicamente incômodo.

Ao operar com deslocamentos sucessivos – do centro para a margem, da forma para o excesso, da fala para a interrupção –, essas produções contestam a lógica que historicamente define o que pode ou não ser reconhecido como literatura, como pensamento, como documento político. São artefatos insurgentes que desorganizam o campo do legível e do citável, produzindo uma escrita que insiste em permanecer inclassificável. Assim, mais do que questionar o cânone, elas o desestabilizam por dentro, por meio de uma prática que não pede passagem, mas inventa sua própria via de enunciação. Quando uma página costurada à mão contém um poema-corte ao lado de um depoimento sobre violência doméstica, ou quando uma imagem borrada divide espaço com um manifesto contra o Estado e a norma de gênero, o que se apresenta ali é uma política do entre – da encruzilhada como forma e conteúdo. Dessa forma, os cadernos artesanais que emergem dessas experiências coletivas, quando aproximados de propostas como a de Edimilson de Almeida Pereira, revelam mais do que uma afinidade formal ou um exercício comparativo: constituem um gesto de reconhecimento político e epistemológico. Reconhecer nessas publicações marginais um campo legítimo de produção de pensamento é afirmar que a linguagem literária não se esgota nos moldes do cânone, mas se reinventa nas bordas, nos entrelugares e nos desvios. Tal como a poética de Exu, que desestabiliza a linearidade e insiste na encruzilhada como princípio de criação, os impressos de militância libertária e feminista constroem seus próprios códigos, operando entre ruídos, colagens e rasuras como formas de dizer aquilo que não encontra lugar nas estruturas consagradas da cultura letrada.

É a partir dessa abertura para o dissenso e para a multiplicidade que se torna possível ampliar o campo de leitura dessas produções à luz da teoria literária. Terry Eagleton (1990), ao afirmar que a literatura é inseparável das condições ideológicas que a produzem, reforça a necessidade de compreender os fanzines políticos – sobretudo aqueles elaborados por coletivos de mulheres anarquistas – como práticas discursivas profundamente situadas. Não se trata apenas de textos, mas de atos de linguagem que respondem, confrontam e reconfiguram contextos sociais específicos. A relevância desses materiais, portanto, não reside exclusivamente em sua estética ou formato gráfico, mas em sua capacidade de intervir politicamente por meio da palavra, do gesto editorial, da montagem visual e da circulação autônoma. Mesmo quando se

considera uma perspectiva mais centrada na experiência estética, como a de Harold Bloom (2010), é possível identificar elementos que contribuem para a valorização dessas publicações. Embora sua visão da literatura esteja ancorada em critérios formais e em uma noção de “grande estilo”, Bloom reconhece a importância da resposta emocional provocada pelo texto. Sob essa chave, as narrativas insurgentes que compõem esses panfletos artesanais – atravessadas por relatos de violência, memórias de resistência e afetos compartilhados – produzem justamente esse tipo de impacto. A intensidade da experiência leitora que provocam não é menor por ocorrer fora das instituições culturais hegemônicas; ao contrário, ela demonstra que a potência literária pode emergir também dos subterrâneos da linguagem, ali onde o corpo, o grito e a escrita se misturam.

Essa complexidade se evidencia de maneira ainda mais nítida quando se aproxima dessas produções o conceito de dialogismo, proposto por Mikhail Bakhtin (2008). Para o teórico russo, todo texto é atravessado por múltiplas vozes e se constitui como resposta a discursos anteriores. Nas publicações gráficas autogeridas, esse princípio se radicaliza: não há um discurso único, mas uma sobreposição deliberada de registros que oscilam entre o panfleto, a poesia, a denúncia e a memória. Cada fragmento – seja textual, visual ou gráfico – responde a outro: a uma fala opressora, a um silenciamento histórico, a uma norma de gênero, ou mesmo à invisibilidade institucional que cerca essas formas de criação. Longe de buscar unidade, os impressos anarcofeministas afirmam a dissonância como método e a multiplicidade como condição. São, nesse sentido, encarnações singulares do princípio dialógico – tensionando as fronteiras entre autor e leitora, forma e conteúdo, estética e política.

Por fim, a visão de Umberto Eco (1962) sobre a literatura como um sistema aberto de signos reforça a ideia de que os zines desafiam a linearidade interpretativa e convidam o leitor a uma participação ativa na construção do sentido. Para Eco, o texto literário não se encerra em si mesmo, mas se reconfigura a cada nova leitura. Os zines radicalizam essa premissa ao se constituírem como plataformas de diálogo e intervenção. Não são meros objetos de leitura passiva, mas dispositivos que interpelam, provocam e convocam à ação uma vez que a leitura exige do espectador não apenas decifração, mas posicionamento, fazendo com que a interação entre leitor e texto se torne parte da própria construção da obra.

A articulação entre os diferentes referenciais teóricos mobilizados ao longo da pesquisa permite afirmar que as publicações produzidas por coletivos anarcofeministas – como as elaboradas pela CAFI – desafiam a definição tradicional de literatura não apenas por sua forma, mas por instaurarem, no próprio gesto de criação, uma crítica à legitimidade dos circuitos que tradicionalmente autorizam o literário. Esses materiais, concebidos fora das instituições editoriais e operando à margem dos modelos consagrados de produção textual, tensionam os critérios que delimitam o campo da literatura, não para substituí-los, mas para questionar os limites do que se considera texto literário, leitura legítima ou autoria reconhecida.

A potência desses impressos artesanais não está apenas na linguagem que mobilizam, mas na forma como encenam, graficamente, uma disputa por espaço discursivo. Ao combinarem relatos pessoais, fragmentos poéticos, textos críticos e intervenções visuais, essas publicações constroem um campo estético que não se encaixa nos gêneros estabelecidos, recusando a linearidade e a estabilidade como valores. Essa condição não é acidental, mas constitutiva: está no uso de colagens, na escolha de suportes de baixo custo, na multiplicidade de vozes e na recusa a qualquer forma de centralidade autoral. A criação, aqui, é coletiva, situada, implicada – e seu valor não reside na permanência ou na pureza da forma, mas na capacidade de instaurar fricção, deslocamento e reconfiguração.

Nesse contexto, pensar essas práticas como literatura é assumir uma concepção

ampliada do campo literário, em que o valor de um texto não se limita à sua aderência a convenções formais, mas se mede também por sua potência de intervenção simbólica e política. A obra deixa de ser uma entidade autônoma e passa a ser compreendida como processo: uma montagem de discursos em disputa, uma plataforma de escuta, uma linguagem em movimento. A leitura, nesse caso, não é interpretação isolada, mas negociação de sentidos entre sujeitos que compartilham – ainda que por tempos breves – um campo comum de afetos e referências. Essa lógica se estende à materialidade do impresso, que não apenas sustenta o conteúdo, mas participa ativamente da construção do sentido. O uso de xerox, a sobreposição de camadas gráficas, os cortes bruscos e as intervenções manuais não são apenas soluções técnicas: constituem linguagem. Ao transformar imperfeição em escolha e precariedade em estética, esses materiais afirmam que a forma também é posicionamento – e, mais do que isso, que o modo de apresentar um conteúdo é inseparável da crítica que se pretende articular. Assim, não é possível dissociar a aparência do discurso: cada dobra, rasura ou mancha participa da construção de um léxico visual que expressa, por si, uma crítica às normas de produção e circulação cultural.

Ao invés de buscar uma estética que aspire à universalidade, essas publicações operam por acúmulo e interferência. Elas não apenas falam sobre resistência, mas a performam. E, ao fazê-lo, instauram um tipo de leitura que exige do leitor um envolvimento ativo, não apenas com os conteúdos, mas com a instabilidade da própria linguagem. A intertextualidade que atravessa esses materiais – marcada por colagens de vozes, imagens, referências históricas e experiências biográficas – não é apenas efeito de estilo, mas estrutura fundamental da sua proposta discursiva. O sentido, portanto, não se fixa, mas se multiplica. Não há unidade, mas coexistência. E é nessa sobreposição que se afirma uma outra forma de literatura: insurgente, encarnada e radicalmente presente.

Referências

Almeida, D. Brasil registra 1.450 feminicídios em 2024, 12 a mais que ano anterior. *Agência Brasil*. Brasília, publicado em 25 mar. 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-03/brasil-registra-1450-femicidios-em-2024-12-mais-que-ano-anterior>>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Bakhtin, M. M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Bakunin, M. A reação na Alemanha. In: *Cadernos Peninsulares*, Nova Série, Ensaio 17. Tradução: José Gabriel. Portugal: Editora Assírio & Alvin, 1976. Pags. 105-127. Disponível em: <<https://arquivobakunin.blogspot.com/2010/10/reacao-na-alemanha-1842.html?m=1>>. Acesso em: 30 jul. 2015.

Bakunin. *Deus e o Estado*. Publicado originalmente em 1871. São Paulo: Editora Hedra, 2011.

Barthes, R. *Le Plaisir du Texte*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

Barthes, R. *Fragmentos de um Discurso Amoroso*. São Paulo: Cultrix, 1977.

Barthes, R. *O rumor da Língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Barthes, R. *A Aula*. São Paulo: Cultrix, 1989.

- Barthes, R. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- Berkman, A (ed.). *Selected Works by Voltairine de Cleyre*. Nova York: Mother Earth Publishing Association, 1914.
- Bloom, H. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- Bosi, A. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2015.
- CAF. *Pandora*: Informativo Período CAF (Coletivo Anarcofeminista), n. 1, ano 1, Guarulhos (SP), 1993.
- CAF. *Tudo o que você queria saber sobre anarco-feminismo mas tinha medo de perguntar...*, n. 1, ano 1, Guarulhos (SP), maio 1994.
- CAFI. *Zine Insubmissas*. Publicação independente [S.l.], n. 1, ano 1, maio 2018.
- CAFI. *Zine Anarco Feminista Insubmissas*. Publicação independente [S.l.], n. 2, ano 2, abr. 2019.
- CAFI. *Zine Anarco Feminista Insubmissas*. Publicação independente [S.l.], n. 3, ano 3, nov. 2021.
- CAFI. *Zine Insubmissas*. Publicação independente [S.l.], n. 4, ano 4, nov. 2022.
- CAFI. *Zine Insubmissas*. Publicação independente [S.l.], n. 5, ano 5, nov. 2023.
- CAFI. *Carta de Princípios CAFI – Coletivo Anarcofeminista Insubmissas*. Documento interno, [S.l.], 2025.
- Camargo, M. A. “Manifeste-se, faça um zine!”: uma etnografia sobre “zines de papel” feministas produzidos por minas do rock (São Paulo, 1996-2007). *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 36, pp. 155-186, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644992>>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- Candido, A. *Vários escritos*. São Paulo: Duas cidades; Ouro sobre azul, 1995.
- Cerqueira, D; Bueno, S. (coord.). *Atlas da Violência 2025*. Brasília: Ipea; FBSP, 2025. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5999-atlasdaviolencia2025.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- Chidgey, R. Riot grrrl writing. In: Monem, N. (ed.) *Riot Grrrl: revolution girl style now!* Londres: Black dog, 2007, pp. 100-141.
- Deleuze, G.; Guattari, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- Derrida, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- De Souza, A. P. *A aventura errática de um editor*. Literatura e Artes da Amazônia Paraense. 2019.
- Dias, M (org.). *Mulheres Anarquistas: O Resgate de uma História Pouco Contada*. Publicação independente [s.l.], 2003.
- Eagleton, T. *A Ideologia da Estética*. São Paulo: Editora Zahar, 1990.
- Eco, U. *Obra aberta*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1962.
- Evaristo, C. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Palmas, 2016.
- Facchini, R. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2008.
- Flusser, V. *Filosofia da caixa preta*. Ensaio para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo:

Annablume, 2011.

Garramuño, F. *Frutos estranhos: sobre a inespecificidade na estética contemporânea*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

Goldman, E. *O Indivíduo, a Sociedade e o Estado*. Publicado pela primeira vez pelo Free Society Forum, Chicago, Illinois em 1940. Título original: *The Individual, Society and the State*. Tradução: Contraciv, 2023. Disponível em: <<https://bibliotecaanarquista.org/library/emma-goldman-o-individuo-a-sociedade-e-o-estado>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Jobim, J. L.; Araujo, N.; Sasse, P. P. (orgs.). *(Novas) Palavras da Crítica*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2021.

Kafka, F. Um Artista da Fome. In: *Nas Galerias*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

Kant, I. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Korff, G.; Peterson, L. From Brotherly Handshake to Militant Clenched Fist: On Political Metaphors for the Worker's Hand. *International Labor and Working-Class History*, 42, pp.70-81, 1992. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27672022>>. Acesso em: 16 ago. 2025.

Kropotkin, P. *Ajuda mútua: um fator de evolução*. Trad. de Waldyr Azevedo Jr. São Sebastião (SP): A Senhora Editora, 2009.

Kyriillos, G. M. Interseccionalidade: proposta de um mapa teórico provisório. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 32, n. 2, e90290, 2024.

Laval, C. Precariedade como “estilo de vida” na era neoliberal. *Parágrafo*. jan/jun. 2017 V.5, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/download/566/500/1700>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Lodi, S (coord.). *Louise Michel: de luto em luta*. São Paulo: Barricada de Livros, 2023.

Luizetto, F. V. *Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional 1900/1920*. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 1984.

Magalhães, H. *O que é fanzine*. Coleção primeiros passos, nº 283. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Magnani, M. L. *O movimento Anarquista em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Maldonado, G.; Cardoso, M. R. O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psicologia Clínica*, v. 21, n. 1, pp. 45-57, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652009000100004>. Acesso em: 25 jul. 2025.

Marques, G. M. *Feministas libertárias: Práticas contemporâneas de resistência*. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 10, 2013.

Mendonça, A. L. O. A Re-volta dos vagalumes. *Physis*, 30, v 02, 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300207>>. Acesso em 16 ago. 2025.

Moita Lopes, L. P. O novo *ethos* dos letramentos digitais: modos de construir sentido, revolução das relações e performances identitárias fluidas. In: SIGNORIRI, I.; FIAD, R. S. (org.). *Ensino de línguas: das reformas, das inquietações e dos desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

Pereira, E. de A. *Entre Orfe(x)u e Exunouveau: análise de uma estética de base diaspórica na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Azougue, 2017.

- Perrot, M. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. Publicado originalmente em 1995. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 4, pp. 9-28, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- Pignatari, D. *Contracomunicação*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2004.
- Preciado, P. B. *Testo yonki*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.
- Preciado, P. B. *Um apartamento em Urano*: Crônicas da travessia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- Rago, M. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- Rago, M. *Inventar novos espaços, criar subjetividades libertárias*. São Paulo: Escola Cidade, 2016.
- Rancière, J. *La palabra muda*: ensayo sobre las contradicciones de la literatura. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2009.
- Reimão, L. T. *Performance, transgressão e cidade: estética e ética na pixação e na pichação*. Tese de Mestrado, Unesp: Guarulhos (SP): 2023. Disponível em <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/67509>>. Acesso em: 16 ago. 2025.
- Rosenberg, J.; Garofalo, G. Riot Grrrl: Revolutions from within. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 23, n. 3, pp. 809-841, 1998. Disponível em: <<https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/495289>>. Acesso em: 25 jul. 2025.
- Schwarz, R. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
- Sno, M. *O universo paralelo dos zines*. São Paulo: Timo, 2015.
- Thérenty, M. *La Littérature au quotidien*. Poétiques journalistiques au XIXe siècle. Paris, Éd. Le Seuil, coll. Poétique, 2007.
- Toledo, E. Em torno do jornal o *Amigo do Povo*: os grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século. *Cadernos AEL*, [S. l.], v. 5, n. 8/9, 2010. Disponível em: <<https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ael/article/view/2471>>. Acesso em: 14 ago. 2025.

Recebido em: 30/09/2025

Aceito em: 11/01/2026